

FEDERAÇÃO PSOL-REDE

“RONDÔNIA É AMAZÔNIA”

DIRETRIZES DO PLANO DE

GOVERNO

2022

1. INTRODUÇÃO E FUNDAMENTOS IDEOLÓGICOS

Historicamente, a organização política e social do país se compõe como um campo de disputa de interesses e, ao partir dessa perspectiva, nossas ações objetivam organizar e construir, junto com os trabalhadores do campo e da cidade, com os estudantes e juventudes, os pequenos produtores rurais e urbanos, de todos os setores, uma sociedade com ampla democracia para os trabalhadores, que assegure a liberdade de expressão política, cultural, artística, racial, sexual e religiosa. Objetivamos construir oportunidades para todas/os/es em todos os setores sociais.

Os últimos governos brasileiros têm seguido o consenso de Washington (1989) que estabeleceu que os países em desenvolvimento para receberem apoio de organismos multilaterais teriam que promover a redução do Estado. Dessa forma, foram vendidas, muitas vezes a preços ínfimos, as empresas estatais. E também de forma sistemática e crescentemente se estabeleceram ataques à Constituição Federal com objetivo de retirar os direitos conquistados pelos trabalhadores e pela sociedade civil.

Seguindo essa orientação, os governos, com destaque nas quatro últimas gestões, aliados ao grande capital – têm colocado a estrutura do Estado a serviço da expansão do agronegócio, o que tem levado o Brasil a uma política de reprimarização, ou seja, toda produção agrícola em grande escala tem sido destinada à exportação em detrimento de uma população sofrida e faminta. Da

mesma forma, esses governos, orientados pelo capital internacional, criaram a infraestrutura necessária para permitir o atendimento agroexportador.

Compreendemos que o neoliberalismo não considera a continuação do próprio planeta terra, buscando a todo custo e com ganância a retirada de bens da natureza para benefícios de poucos.

Compreendemos que o Estado de Rondônia deve ser analisado no contexto de expansão das fronteiras agrícolas. E destacamos os seguintes pontos.:

A exemplo do que acontece em nível nacional, o Estado de Rondônia tem sido usado para favorecer empresários, além de políticos que utilizando de seu poder de influência buscam privilégios no Governo.

As cidades têm crescido de forma desordenada sem infraestrutura adequada, somado ao grande êxodo rural, sente-se carência em setores estratégicos como: saúde, segurança pública, educação, habitação, infraestrutura e saneamento

básico, entre outras questões fundamentais e necessárias para a vida em sociedade.

Com a falta de trabalho e oportunidade de negócios para a população, há o aumento da criminalidade, violência e desigualdades.

A saúde tem sido usada como instrumento de propaganda. Igualmente a demais pseudo-realizações, como no setor da educação em que reformas físicas foram feitas sem melhoramento funcional e no setor de transportes e infraestrutura.

Compreendemos que o estado precisa de investimentos qualificados, com o fortalecimento dos sistemas de apoio e da infraestrutura para longo prazo, além de políticas agrícolas duradouras.

O foco do Governo PSOL-Rede é no combate à fome e à pobreza, no meio ambiente e em investimentos para a geração de oportunidade de trabalho e renda, com especial destaque para a área do Turismo e para ações com as

juventudes. Buscaremos promover a melhoria do sistema educacional em tempo integral, desde o atendimento de creches até o ensino médio; uma saúde de qualidade; a implantação de programas voltados para o fortalecimento da família, visando à retirada de crianças e adolescentes de situações de risco, como exploração sexual, uso de drogas, tráfico e criminalidade; bem como a implantação de outros bens sociais que permitam acesso à cidadania e às liberdades individuais.

Compreendemos que a diminuição da criminalidade e aumento da segurança pública ocorre com investimentos em uma educação integral que possa garantir qualidade de aprendizagem, e na criação de infraestrutura capaz de gerar oportunidade de trabalho e renda, mediante uma política que valorize as trabalhadoras e trabalhadores, tanto do campo quanto da cidade.

O eixo do desenvolvimento que o PSOL-Rede defende tem base na sustentabilidade, ou seja, no uso racional dos recursos disponíveis no ambiente. A participação da sociedade nos processos de licenciamento ambiental não pode se reduzir a mero rito homologatório. Deve o Estado fomentar o exercício da cidadania na gestão ambiental, contribuindo assim para a formação e consolidação de uma cultura socioambiental que assegure a transgeracionalidade do direito à vida – e vida com qualidade. Só a construção de uma sociedade com base em um governo popular que valoriza o comum e o coletivo, de acordo com os povos originários, pode salvar o país e o planeta do desequilíbrio ambiental.

O Estado deve incentivar e apoiar a agricultura familiar e o agroextrativismo, com a instalação de agroindústria, visando à geração de oportunidade de

trabalho e renda no campo, buscando, assim, também o restabelecimento da confiança da sociedade rondoniense nos serviços prestados pelo Executivo.

2. PRIORIDADES E METAS DA FEDERAÇÃO PSOL-REDE “RONDÔNIA É AMAZÔNIA”

No primeiro ano, o governo PSOL-Rede convocará a sociedade civil organizada para a criação de uma **agenda coletiva** de trabalho, visando à definição de metas e prioridades para estruturar um plano de governo a longo prazo, o Plano de Metas do Governo de Rondônia (PMGR). Será denominado **Congresso do Povo**, em que toda a sociedade civil organizada participará definindo o orçamento de forma participativa.

O meio ambiente é prioridade absoluta, e será protegido. O tratamento das bacias hidrográficas e mananciais e a preservação de matas ciliares serão

tomados com ainda maior prioridade, a exemplo da Bacia do Rio Machado, que banha 33 municípios.

Entre as principais metas, está a continuidade ao mapeamento dos recursos naturais (zoneamento de detalhe), das potencialidades em escala estadual e fortalecimento das instituições de planejamento e monitoramento ambiental e infraestruturas.

Nos dois primeiros anos de gestão, será elaborado o **Plano de Bacias e Diretor de Gestão das Águas**, com a instalação da agência de águas e comitês de bacias, com instrumentalização dos representantes das comunidades inseridas nos comitês de bacias hidrográficas, garantindo o abastecimento de água para as futuras gerações terem o direito à vida.

O combate à fome e à pobreza e a geração de emprego e renda são pontos prioritários. Incentivar-se-á a indústria de transformação distribuída por pólos

municipais, conforme às suas vocações, visando agregar valores à matéria prima e a incorporação de mão-de-obra local, minimizando, assim, a migração pendular em busca do emprego urbano.

A geração de oportunidades de trabalho e renda deverá levar em conta a exploração dos recursos com tecnologias apropriadas, que contribuirá para que o Estado de Rondônia saia da chamada economia do contracheque. Um dos instrumentos de apoio para atingir esta meta será o incentivo às Prefeituras Municipais para a elaboração e revisão dos seus planos diretores, visando fortalecer a capacidade de gestão compartilhada.

Para que seja viabilizado o desenvolvimento do Estado, será realizado um planejamento estratégico, buscando envolver toda a sociedade civil. Dessa forma, poder-se-á realizar uma gestão participativa com a sociedade organizada

e com os Conselhos das mais diversas áreas sendo coordenados pelo Congresso do Povo.

Faz-se necessário realizar uma modernização administrativa no Estado visando à adequação por áreas. Uma ampla reforma administrativa será proposta, corrigindo-se distorções na estrutura organizacional básica com a redefinição de secretarias, autarquias e órgãos de apoio e assessoramento. Assim, iremos realocar os servidores públicos colaboradores do Estado em seus locais de origem e competência.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS A SEREM INCENTIVADAS

3.1. SAÚDE

Por uma saúde pública do tamanho do povo rondoniense. Sem Saúde o Ser não tem sucesso nas ações que busca desenvolver.

Atenção Básica - Estabelecer convênio com os municípios com objetivo de garantir ações básicas de promoção da saúde da população, prevenção contra doenças e garantia de qualidade de vida, tendo em vista que muitos municípios não têm hospitais com equipamentos para o atendimento qualificado da população, como no caso das Unidades de Tratamento Intensivo.

Regionalização da Assistência – Implantar a regionalização da assistência médico-hospitalar com o objetivo de atender as demandas das diversas regiões do Estado. Retomar a construção do Hospital de Urgência e Emergência. Construir novos leitos hospitalares e dotá-los com equipamentos específicos para tratamentos especializados.

Contratação de profissionais – Dotar o Sistema Estadual de Saúde de equipe qualificada das diversas áreas (Serviço Social, Medicina, Enfermagem, Educação Física, Nutrição, Psicologia, Administração

Hospitalar) para adequação dos casos específicos da gestão administrativa, financeira, técnica e científica próprias do setor de saúde. Contratação de médicos especialistas.

Tecnologia – Dotar as Unidades Hospitalares e Hemoterápicas de condições tecnológicas para se efetivar o atendimento com qualidade. Regulação para procedimentos de internação para cirurgias de emergência, urgência e eletivas. Realizar monitoramento e produção de dados dos atendimentos realizados no Estado.

Relocação – Relocar o pessoal qualificado, já existente, a fim de proporcionar a melhoria do atendimento no setor de saúde.

Convênios – Estabelecer convênios e parcerias com laboratórios para atendimento nos municípios onde não existam estes serviços instalados.

Descentralização – Descentralizar as ações médicas e laboratoriais especializadas.

Orientação preventiva – Implantar programa de prevenção, com ginástica laboral, bem como implementar as ações preventivas de saúde da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e dos demais usuários do SUS.

Informação – Disponibilizar nos meios de comunicação do estado os serviços de saúde existentes para o atendimento da população, inclusive o controle da disponibilidade de cotas para atendimento pelo SUS em laboratórios de análises e outros prestadores de serviços.

Política antidroga – Implantar uma política de apoio às pessoas dependentes de álcool e outras drogas. Para isso, deve-se levar em conta a experiência dos grupos de Alcoólicos Anônimos (AA) e de Narcóticos Anônimos (NA), fomentando-se a interação do Estado com essas instituições.

Garantir a presença de pelo menos um CAPS AD em cada microrregião de saúde para realizar o atendimento inicialmente de forma regionalizada.

3.2. EDUCAÇÃO

Para se ter educação de qualidade é necessário cumprir com as metas do **Plano Nacional de Educação e do Plano Estadual de Educação** aplicando todos os recursos em projetos educacionais.

O Plano Estadual de Educação, com metas previstas para serem alcançadas até 2024, ainda está longe de se concretizar. Resta, neste último momento, estabelecer uma “força-tarefa” que terá como principal objetivo analisar os dados e garantir a implementação das metas estabelecidas.

Os tópicos aqui relacionados devem sempre incluir as comunidades rurais, de povos e comunidades tradicionais, pois as mesmas são as que mais sofrem com a ausência do Estado.

Educação Integral – Implementação progressiva de uma educação integral, a partir da educação infantil, tanto para a paisagem urbana, quanto para a rural. Com atividades esportivas, artísticas e incentivo à pesquisa. Inserir de forma gradual na grade escolar das escolas públicas o ensino básico de inglês e de espanhol, especialmente porque Rondônia faz fronteira com países hispânicos. Também inserir ensino básico do Direito (cidadania), do meio ambiente e das leis do trânsito e o básico da Constituição Federal.

Escola-comunidade – Implantação de programas de otimização dos espaços físicos das escolas com objetivo de dar suporte às atividades socioculturais da comunidade.

Garantir que as escolas de comunidades rurais sejam atendidas.

Adequação de Programas – Avaliação dos programas de formação do ensino médio a fim de adequar os currículos à realidade regional.

Ensino Médio - Posicionamento firme junto ao governo federal pela revogação do Novo Ensino Médio no modelo que está estruturado. Enquanto não houver a revogação, garantir a diminuição da carga horária de professoras/es em sala de aula e ampliação do horário de planejamento, organizar a lotação dando prioridade para que o/a professor/a consiga preferencialmente cumprir sua lotação em apenas uma unidade escolar, discutir o currículo de forma efetiva

com a comunidade escolar e trazer os projetos de vida dos educandos para o centro de debate.

Filosofia e Sociologia – Expansão e readequação do ensino de filosofia e sociologia no ensino médio.

Educação de Jovens e Adultos – Fortalecimento dos programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) provendo-os de condições de um bom funcionamento para atender a demanda reprimida e possibilitar maior escolaridade da população.

Escola Profissionalizante – Instalação de novas escolas técnicas profissionalizantes e incentivos à instalação de pólos tecnológicos para preparação de profissionais para a implantação da inclusão digital.

Centros Tecnológicos – Implantação de Centros Tecnológicos Estaduais (Urbanos e Rurais) com objetivo de capacitar jovens para o atendimento das necessidades do desenvolvimento regional.

Educação rural – Implementação progressiva das diretrizes de educação no campo, potencializando as experiências das Escolas-Família Agrícolas.

Educação indígena – Desenvolvimento de programas de educação indígena, valorizando as experiências já existentes e formulando convênio com Instituições de Ensino Superior para a formação de professores indígenas, assim como de outros cursos que venham atender os interesses e a demanda dos povos originários.

Ensino Superior - Implantação da Universidade do Estado de Rondônia (UERON), com cursos voltados para as potencialidades da Amazônia Ocidental, inclusive a exploração de recursos florestais,

gestão dos recursos hídricos, mineração, gestão e monitoramento ambiental.

Fundação de Apoio à Pesquisa – Implementar a **FAPERON** (Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Rondônia), através de convênios com os países andinos e com o Banco Mundial visando o incentivo à pesquisa regional e da biodiversidade amazônica.

Capacitação e qualificação profissional – Implementar os programas de capacitação e qualificação continuada já existentes e implantar novos programas baseados na realidade regional, aproveitando o conhecimento local e estabelecendo parcerias com a iniciativa privada. Utilizar as experiências pedagógicas regionais como base de capacitação e evitar modelos externos de formação que não dialogam com a realidade da educação rondoniense e amazônica. Reformular o “PRÓ-FUNCIONÁRIO” em parceria com o Instituto

Federal de Rondônia objetivando a capacitação das/os técnicas/os educacionais bem como a garantia da valorização horizontal no Plano de Cargos e Carreiras.

Política salarial – Recuperar o poder de compra dos profissionais da educação (docentes, equipe técnico-administrativa), tendo como base a arrecadação do Estado e os repasses institucionais. Propor para o Congresso do Povo a implementação do **Piso Estadual dos Técnicos Educacionais**. Cumprir rigorosa e preferencialmente no mês de janeiro a atualização do piso do magistério. Atualizar o auxílio-alimentação, de acordo com o percentual da inflação nos últimos anos e vincular o reajuste anual de acordo com o IPCA. Atualizar o auxílio-saúde e reajustar anualmente de acordo com a tabela de planos de saúde da ANS. Incorporar a gratificação de atividade docente para os profissionais do magistério em conformidade com a LC 680/12. Em cumprimento do Plano Estadual de Educação, elevar as gratificações de pós-graduação,

mestrado e doutorado para 25%, 50%, 100%, respectivamente. Criar gratificação para profissionais que atuem como cuidadores, intérpretes e prestadores de conta.

Concurso público imediato - Organizar já nos primeiros meses de gestão o certame para contratação de profissionais efetivos/as. Contratação de profissionais para implementação imediata da Lei nº13.935/2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas da educação básica.

Desporto – Desenvolver programas permanentes de incentivo ao esporte como atividades pedagógicas complementares à formação de crianças e adolescentes, e oportunizar o desenvolvimento das expressões artístico- culturais de caráter formativo e recreacional e um programa especial de apoio ao JOER (Jogos Esportivos de Rondônia).

Inclusão digital – Equipar tecnologicamente as unidades de ensino e pesquisa para proporcionar a inclusão digital, com destaque às comunidades rurais, povos e comunidades tradicionais.

Ouvidoria – Implementar uma ouvidoria para o acompanhamento e controle de qualidade das ações educacionais.

Educação inclusiva – Capacitar os professores para a educação inclusiva, em todos os níveis de atuação.

Alojamento para professores de escolas rurais: Criar um programa específica de implantação de alojamentos dignos aos professores que se deslocam para dar aulas em escolas rurais.

3.3. TURISMO

As políticas públicas de turismo deste plano de governo tem como base o Turismo Responsável e Sustentável, de forma que se promova a inclusão respeitosa de povos e comunidades tradicionais (indígenas, ribeirinhos e quilombolas), pequenos produtores rurais, artesãos, comerciantes, empreendedores, assim como também o trade turístico: hotéis, bares e restaurantes, agentes de viagens e turismo, transportadoras, guias de turismo, turismólogos, associações de classe e afins.

A presente proposta tem como objetivo central elevar a autoestima da população rondoniense para que tenha orgulho de sua cultura e se compreenda como parte da natureza, entendendo que todo impacto ao meio ambiente retorna para si mesmo, já que estamos todos interligados como explica a ecologia.

Compreender que estamos na Amazônia e que o equilíbrio entre as ações humanas e a natureza possibilita um presente e um futuro saudável, com impactos positivos em todos os setores, inclusive no desenvolvimento econômico, de forma que se respeite a nossa identidade amazônica, já que Rondônia tem tudo o que é

necessário para se tornar o “Novo Destino da Amazônia” e o Turismo a nova economia do Estado.

Para isso é necessário:

1. Fazer o levantamento e mapeamento dos equipamentos, produtos e potenciais turísticos dos municípios rondonienses de forma participativa e coletiva;
2. Revelar a identidade dos locais de interesse turístico;
3. Criar um Guia Turístico on-line de cada município de interesse turístico ou região turística de Rondônia com os levantamentos realizados;
4. Criar o Observatório do Turismo em parceria com as instituições de ensino e pesquisa para obtenção e disponibilização de dados da demanda, oferta e tendências do setor atualizadas;
5. Em conjunto com os setores de meio ambiente, promover a diminuição da degradação ambiental e humana para promover o turismo amazônico e atrair viajantes e turistas do Brasil e do mundo que queiram conhecer a cultura e a biodiversidade amazônica com a floresta em pé e projetos de recuperação de áreas degradadas;

6. Incentivar o Turismo de Base Comunitária para os povos e comunidades tradicionais que tenham interesse de ter o turismo como uma alternativa econômica em suas comunidades;
7. Promover o Ecoturismo, o Turismo de Aventura, Turismo Cultural e o Birdwatching (observação de pássaros);
8. Incentivar o Turismo de Negócio e Eventos, Turismo Religioso, entre outros, para que sejam sustentáveis e inclusivos;
9. Realizar práticas de educação ambiental nas atividades turísticas, exigir normas e protocolos de responsabilidade ambiental e social, a exemplo da gestão de resíduos sólidos;
10. Incentivar atividades desportivas de rios, lagos, lagoas, igarapés para práticas de esporte, lazer e o turismo;
11. Incentivar a formação regular de Guias de Turismo, realizar formações e capacitações na área de Turismo e Hospitalidade;
12. Premiar as Boas Práticas de Turismo e Hospitalidade;
13. Em conjunto com a Cultura, promover os festejos e eventos culturais e folclóricos, assim como também, realizar formações dos agentes culturais para captação de recursos e gestão cultural;

14. Fortalecer o Conselho Estadual de Turismo inclusivo, incentivando a participação ativa dos artesãos, povos e comunidades tradicionais e Guias de Turismo, incentivando o mesmo nos Conselhos Municipais;
15. Criar *Room Tax*, nos municípios turísticos, taxa paga voluntariamente pelos hóspedes, para investimento e melhorias no setor, gerenciados e fiscalizados de forma transparente pelos Conselhos Municipais ativos ou outra entidade turística competente;
16. Promover e divulgar regularmente o calendário de eventos dos municípios do estado;
17. Promover e incentivar a culinária típica regional e incentivar a gastronomia com os produtos e ingredientes locais;
18. Criar o portal e-commerce do artesanato rondoniense e capacitar os artesãos para a operação, divulgação e venda dos produtos para todo o Brasil e mundo;
19. Valorizar a cultura rondoniense criando o Museu e Centro Cultural de Rondônia, misturando os tipos de museu tecnológico, arqueológico e ao ar livre ou ecomuseu, proporcionando ao visitante a vivência da história desde os povos originários até os dias atuais, por meio de multimídia, objetos arqueológicos, réplicas, recebendo também instalações artísticas e culturais relacionadas;

20. Neste Museu e Centro Cultural de Rondônia, haverá um espaço exclusivo para o artesanato e culinária típica de Rondônia.

Usaremos a tecnologia da informação para sistematização de dados levantados, conhecimentos tradicionais, técnicos e científicos, unindo tecnologia, saberes e fazeres ancestrais para o fortalecimento da identidade amazônica de Rondônia, dentro das especificidades de cada região.

3.4. CULTURA, ARTE, ESPORTES E LAZER

Fomento – Valorizar os produtores culturais incentivando ações organizadas e a produção independente através de um processo de capacitação e de qualificação.

Escola Integral – Contemplar na **Escola Integral** a implantação de um programa de desenvolvimento cultural escola–comunidade, dinamizando e potencializando os espaços e a participação da comunidade escolar.

Legislação Pró-Cultura – Regulamentar a composição e funcionamento do Conselho Estadual de Cultura, elaborar uma Lei Estadual de Incentivo à Cultura que não seja mera cópia da Lei Federal, mas que efetivamente corresponda às necessidades do setor em Rondônia e, inclusive, estabeleça benefício fiscal para os produtores artísticos que comercializam diretamente seus produtos (atividades artesanais).

Capacitação – Capacitar funcionários para captação, elaboração e desenvolvimento de projetos junto aos produtores culturais.

Mídia cultural – Retomar as atividades da TV Educativa Madeira-Mamoré e implantar, em parceria com os municípios, rádios FM culturais no interior

do estado. Editar um jornal impresso e eletrônico específico para divulgação dos projetos, eventos, patrimônio, da cultura em geral.

Espaços culturais – Implantar a gestão compartilhada com organizações representativas dos produtores culturais e da comunidade em geral em unidades como a Casa da Cultura. Criar espaços para eventos culturais em diferentes cidades do estado.

Circuito artístico – Estabelecer um circuito artístico-cultural (música, teatro, danças) regionais para que a sociedade possa conhecer os valores da terra.

Incentivo à leitura – Fomentar a formação de bibliotecas comunitárias.

Fomento cultural – Desenvolver eventos que valorizem a produção dos diversos segmentos artísticos e culturais, atribuindo premiação em

certames, contemplando, principalmente, artes plásticas, música, literatura, teatro, audiovisual, patrimônio e dança.

Cooperativismo – Incentivar os produtores culturais a se organizarem em cooperativas e associações, como forma de manter um diálogo mais próximo e nivelado.

Salão de Artes - Recolocar o salão de artes plásticas de Rondônia, em nível nacional, dando maior divulgação ao evento nos outros estados, com intuito de haver maior participação de artistas de renome.

Oficinas de arte – Fomentar, por meio de oficinas, a produção de arte e também de artesanatos, em especial aqueles que utilizem matéria prima local ou promovam o aproveitamento de resíduos industriais, como aparas de madeira.

Patrimônio Cultural – Catalogar todo o acervo patrimonial do Estado seja ele histórico, de bens móveis e imóveis, do patrimônio natural,

arqueológico ou de bens imateriais. Fomentar a criação de museus, memoriais e centros de referências históricas que convirjam para a preservação de valores culturais locais, regionais e pátrios.

Teatro – Ereção de teatros nas principais cidades-pólo, compondo estrutura física para circuito de apresentações.

Festas regionais – realizar levantamento dos eventos culturais, folclóricos e festas religiosas por municípios. A exemplo das escolas de samba dos grandes centros, criar incentivos e linhas de crédito para que as escolas de Rondônia possam ter seus espaços próprios, com formação para seus associados e brincantes.

Festas religiosas – inclusão da categoria gospel/evangélica nos editais e programas culturais, das festas religiosas afro-brasileiras (candomblé, umbanda, tambor de mina e outras), das religiosidades quilombola e indígena. E dar ênfase

e visibilidade nacional às festas tradicionais, como a Festa do Divino e a Flor do Maracujá.

Lazer – incentivar a criação de áreas de lazer esportivo e cultural, aproveitando o potencial natural existente nos municípios.

Acesso à Cultura - Garantir meios para que as pessoas isoladas social, geográfica ou economicamente dos ambientes em que ocorrem os eventos culturais tenham acesso a eles.

Demandas do Movimento Pró-Cultura Rondônia, para a Cultura no estado de Rondônia.

- Criação da Secretaria Estadual de Cultura, vinculando a Funcer (Fundação Cultural do Estado de Rondônia) à nova secretaria;
- Regulamentação e aplicação efetiva do Plano Estadual de Cultura e do Fundo Estadual de Desenvolvimento da Cultura - FEDEC/RO, com destinação

de 0,05% do Orçamento do Estado para o FEDEC, conforme previsto na Leis Estaduais nº 4866, de 08/10/2020; nº 3678 de 27/11/2015; e nº 2747, de 18/05/2012;

- Realização de Concurso público para os órgãos e instituições do Sistema Estadual de Cultura, instrumentalizando os órgãos públicos estaduais com corpo técnico capacitado, para que haja capacidade de execução das Leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo, bem como das demais políticas públicas estaduais de Cultura;
- Fortalecimento do Sistema Estadual de Cultura, intensificando a articulação junto aos municípios, para que todos criem seus Sistemas Municipais de Cultura e os mantenham em efetivo funcionamento;
- Realização de editais com periodicidade, no mínimo, anual, para fomento a projetos culturais, com transparência nos critérios de seleção, garantindo a participação do conselho estadual (conforme Plano Estadual de Cultura) e critérios de descentralização territorial;
- Garantia da ocupação dos equipamentos públicos estaduais de cultura por meio de editais públicos, com pautas gratuitas e/ou desburocratização para o caso de eventos culturais privados e pagos;

- Promoção de cursos de formação em gestão e produção cultural para artistas, produtores e gestores culturais de todo o estado, contribuindo com a descentralização dos projetos culturais em Rondônia;
- Implantação e desenvolvimento de programas permanentes de arte e de cultura em todas as escolas públicas estaduais (conforme Meta prioritária do Plano Estadual de Cultura);
- Contratação de professores de Arte para escolas públicas, com formação continuada (conforme Meta prioritária do Plano Estadual de Cultura);
- Promoção da circulação artística, criação e fomento a um corredor cultural das produções artísticas do estado, por meio de editais e fomento à ocupação dos equipamentos culturais públicos;
- Revisão e Reformulação da legislação que trata da Cultura no estado, permitindo a desburocratização, em consonância com o Projeto de Lei Federal 3905/21 - Marco Regulatório do Fomento à Cultura;
- Criação de uma instituição ou rede de instituições de formação em artes, aos moldes de um Conservatório Estadual de Música e Artes, para atendimento da demanda de profissionalização;
- Modernização da plataforma/site estadual da cultura (extinto Rincão Cultural) que precisa conter, dentre outras informações, acervos de obras

digitais e digitalizadas, além de área restrita para submissão, acompanhamento e prestação de contas dos projetos;

- Aprofundamento do levantamento e registros das manifestações culturais de Rondônia, incluindo todos os povos e comunidades tradicionais e considerando também os fluxos migratórios de pessoas de outras regiões do país em função de Planos desenvolvimentistas e de ocupação territorial da Amazônia;
- Fomento à pesquisa e levantamento documental da História do Povo de Rondônia, para além das figuras históricas já amplamente conhecidas.
- Implantação da Lei de Incentivo Estadual à Cultura (Mecenato).
- Mapeamento de espaços culturais públicos e privados, assim como também, de artistas, produtores e agentes culturais e artísticos, disponibilizados em plataforma online.

3.5. ECONOMIA

Agroindústria – Adotar uma política de incentivo à comercialização da produção regional nos mercados dentro do estado. Incentivar os investimentos em

agroindústrias, priorizando os empresários já estabelecidos em Rondônia a fim de que possam gerar oportunidade de trabalho e renda.

Industrialização - Industrializar alimentos incentivando o processo de produção e ampliando as cadeias de consumo estadual e locais. Aumentar a produção de hortifrutigranjeiros, uma vez que a maioria é importado de outros estados.

Pequena empresa – Incentivar as iniciativas dos micro e pequenos empresários, tanto na área urbana, quanto rural e n o terceiro setor.

Atração de investidores – Atrair o investimento de grupos econômicos de fora do estado.

Revisão de alíquotas – Ampliar a discussão do valor das alíquotas de impostos, visando aumentar a contribuição e evitar a sonegação.

Setor Madeireiro – Sensibilizar para a importância do manejo florestal para o setor, incentivar e dar benefícios aos reflorestamento. Levar a educação ambiental ao setor madeireiro a fim de despertar conscientização.

Setor Moveleiro – Apoiar a indústria moveleira com capacitações especiais de design de móveis, com o objetivo de aproveitamento da madeira, agregando valor e geração de renda.

Usina de Reciclagem de lixo - Incentivar o processo de produção de beneficiamento, reutilização e reciclagem de lixo, desde os catadores até novas matérias primas.

3.6. AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

“Se o campo não planta, a cidade não janta!”

Tendo em vista que o Tribunal de Justiça de Rondônia já está com os estudos concluídos para a implantação da Vara Agrária, o Estado poderá fazer a aquisição de terras para assentar trabalhadores rurais a fim de aumentar a produção de alimentos.

Agricultura Familiar – Apoiar a agricultura familiar e fortalecer cooperativas. Formalizar convênio com o INCRA, para fortalecimento de políticas de apoio às famílias estabelecidas em assentamentos em processo de consolidação. Garantir, em convênios com os executivos municipais, a manutenção da estrutura das estradas vicinais para escoamento da produção agrícola. Estabelecer parcerias com as cooperativas de agricultura familiar a fim de incentivar economicamente tais iniciativas e articular políticas públicas para a criação de cooperativas de consumo, o que fomentará a produção e o consumo local de produtos orgânicos dentro de uma perspectiva sustentável.

Agroextrativismo – Incentivar a expansão dos sistemas agroextrativistas (SAEs).
Incentivar o setor de indústria de transformação dos produtos agroextrativistas para estabelecimento na própria localidade.

Sistema Agroflorestal - Incentivar a instalação de Sistemas Agroflorestais, que produzem alimentos e promovem a recuperação ambiental de áreas degradadas.

Ouvidoria Fundiária - Com a implantação da Vara Agrária, teremos a ouvidoria fundiária a fim de prevenir conflitos no campo e impasses judiciais.

3.7. SEGURANÇA PÚBLICA

Descentralização – Implementar ações de **integração** e **descentralização** das ações de Segurança Pública, com vistas à diminuição da criminalidade.

Defesa da Mulher – Fortalecer as Delegacias de Mulheres, dotando-as de infraestrutura e garantir a criação e manutenção da “Casa da Mulher”, local

de acolhimento para vítimas de violência familiar e doméstica, com orçamento específico para a manutenção das unidades. Aumentar o número de Delegacias da Mulher e torná-las - efetivamente - com atendimento 24 horas.

LGPD - Com a aprovação da Lei Geral de Proteção de Dados, nosso Governo irá propor ao Tribunal de Justiça do Estado estudos para a criação de uma Vara específica para tratar dos crimes na internet (cibernéticos), para que a Secretaria de Segurança possa ter delegacias especializadas no assunto.

Ressocialização de apenados – Desenvolver ações e projetos dentro do sistema carcerário para a ressocialização dos apenados.

Adolescentes em conflito com a lei – Desenvolver programas educativos para adolescentes em conflito com a lei, que vivem em albergues e excluídos, que promovam a reconstituição dos laços afetivos com a família e a integração a atividades sociais.

Aumento do efetivo policial – Aumentar o efetivo da Polícia Militar e as demais polícias para atender a demanda reprimida de atendimento de ocorrências policiais. Chamar os policiais concursados a ocuparem seus devidos cargos e devolver os mais de 300 policiais militares fora das ruas que estão atendendo necessidades de terceiros no Governo.

Cargos e salários da Polícia Penal - Instituir o Plano de Cargos e Salários da Polícia Penal, bem como o auxílio fardamento, a gratificação de cursos para especialização operacional e para motoristas. Retornar o benefício da periculosidade no trabalho e garantir equiparação salarial.

Segurança no trânsito – Reduzir o número de acidentes de trânsito através de programas educativos e fiscalização in loco do trânsito urbano e intermunicipal. Conectar e instalar câmeras de segurança em locais de vulnerabilidade social.

Controle de sinistros – Reduzir a demanda reprimida de atendimento a ocorrências de sinistros, por meio do aumento do efetivo da corporação do Corpo de Bombeiros e da Polícia Técnica especializada.

Controle policial estratégico – Construir postos de fiscalização policial nas entradas e saídas das cidades, em estradas, portos e aeroportos, visando coibir o tráfico de drogas e armas, o transporte de veículos furtados e roubados, o contrabando, a sonegação tributária e o trânsito de fugitivos.

Polícia Comunitária – Fortalecer as ações da Polícia Comunitária, com a instalação e reativação das guaritas da Polícia Militar, dotando-as de estruturação dos meios de comunicação para garantir a presença das polícias junto à população e proporcionar um atendimento mais rápido às ocorrências, inibindo a prática de delitos e colocando, assim, em andamento o projeto da Polícia Comunitária.

Academia de Polícia – Reestruturar a Escola da Academia de Polícia, visando o oferecimento de cursos de capacitação na área de segurança pública para todas as categorias.

Capacitação – Desenvolver programas de capacitação, atualização e aprimoramento contínuo para que os policiais civis e militares possam realizar cursos em suas respectivas áreas, visando à melhoria da qualidade dos serviços, principalmente nas novas modalidades de crimes virtuais e atualização referente à legislação.

Reaparelhamento – Fortalecer o Fundo de Reaparelhamento da Polícia Civil, visando à estruturação do aparato policial.

Furtos e roubos de veículos – Fiscalizar e controlar permanentemente as oficinas de desmanches e recuperação de veículos, visando coibir o roubo dos veículos.

Informação integrada – Implementar a atuação conjunta das polícias estaduais com as Federal e Rodoviária a fim de fortalecer os Sistemas de Informações de Segurança Pública (INFOSEG). Desenvolver banco de dados entre o Sistema de Segurança, o Poder Judiciário e o Ministério Público, para subsidiar o planejamento do setor a longo prazo.

3.8. INFRAESTRUTURA E QUESTÕES REGIONAIS

Energia – Discutir com a sociedade e o legislativo estadual mecanismos para acompanhar o trabalho da Energisa e os possíveis abusos econômicos e de ofertas de serviço. Levantar, em âmbito nacional e em parceria com a bancada federal, a necessidade de discussão da importância de Rondônia como estado produtor de energia e o custo do fornecimento para o consumidor rondoniense.

Incentivar o uso de energia solar pelos moradores, empresas públicas e privadas dentro do Estado.

Água – Elaborar o Plano Diretor das Águas e Bacias Hidrográficas.

Saneamento ambiental – Firmar convênios com a administração municipal e organizações para limpeza, canalização e dragagem dos igarapés e galerias pluviais.

Transportes e Rodovias – Garantir o transporte aos ribeirinhos, bem como às comunidades rurais menos assistidas. Garantir estradas e transportes para o escoamento da produção agrícola, bem como implementar novos vetores, construindo estradas ladeando as fronteiras. O DER terá patrulhas permanentes para acompanhamento da conservação e recuperação das rodovias, inclusive via satélite. Construção de pontes em caráter de urgência, pois a população tem tido muitos prejuízos na travessia de rios.

Transporte Escolar - Garantir o transporte fluvial e terrestre escolar nas escolas rurais na competência do Estado.

Estradas Vicinais - Conservar as vias de comunicação intermunicipais existentes e abrir novas estradas vicinais, permitindo acesso às comunidades isoladas.

Transporte Intermunicipal – Avaliar o sistema de transporte coletivo intermunicipal, identificando eventuais demandas reprimidas.

Portos – Criar, em conjunto com as administrações municipais, portos adequados para cargas e passageiros, nos rios Mamoré, Guaporé, Madeira, Candeias, Jamari e Machado; bem como para possibilitar embarque e desembarque de cargas e passageiros.

Aeroportos – Buscar apoio federal para melhorias de aeroportos nas principais cidades de Rondônia.

Tecnologia Digital e Internet - Implementar investimentos e melhorias em ciência e tecnologias junto à Fapero - Fundação de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas, Tecnológicas e a Pesquisa. Celebrar convênios com universidades e empresas para levar acesso à internet a todo o estado.

3.9. MEIO AMBIENTE

Saneamento básico – Considerar a relação entre saneamento, saúde e meio ambiente. Tendo em vista que o Plano Nacional de Saneamento Básico tem que apresentar já em 2023 percentuais de cobertura de acordo com a normativa, iremos estabelecer convênios com os municípios para garantir o cumprimento da lei.

Recursos naturais – Compreendemos que os recursos naturais do estado são para benefício de todos, não permitindo que somente grandes empresas sejam

beneficiadas. O Governo realizará estudos para que a sociedade tenha as devidas compensações pela degradação ambiental. Os valores dessa compensação serão destinados a programa específico que contratará profissionais especializados, como biólogos, geólogos e engenheiros florestais, e fará cursos de formação e conscientização - definindo a melhor maneira para a recuperação. Potencializar a utilização dos recursos naturais como agregação de valor aos conhecimentos das populações tradicionais, estimulando, para isso, a agricultura familiar e atividades agroextrativistas e outras iniciativas locais solidárias.

Combate a incêndios - Criar brigadas de incêndios. Adquirir aviões e veículos automotores com bombas de alta pressão para pulverizar água no combate aos focos de incêndio.

Grandes impactos – Efetuar um balanço dos grandes empreendimentos hidrelétricos, mineradores e pecuários e priorizar o incentivo de estudos sobre fontes de energias alternativas. A matriz energética do Brasil deve ser patrocinada e administrada pelo Estado, sob efetivo controle social, evitando cair nas mãos de empresários que só visam lucros. Estabelecer estudos em todas as áreas para definir como melhor praticar o Sequestro de Carbono, como com reflorestamentos e incentivos ao plantio de culturas agrícolas que reduzam a quantidade de gás carbônico na atmosfera. Estabelecer, através de diálogo com os atingidos por barragens, políticas públicas de reparação pelos danos sofridos com a criação das usinas de Jirau e Santo Antônio.

Povos Indígenas – Desenvolver uma política que respeite e valorize o entorno e o bioma original das terras indígenas demarcadas.

Áreas degradadas – Fazer estudo para a correção de solo para torná-las produtivas, com análise que identifique os melhores vetores para o seu desenvolvimento. Com a aquisição de terras pelo Governo, serão destinadas para efeito de reforma agrária com ocupação ecologicamente correta.

Cooperativas sociais – Estimular as cooperativas sociais com preocupação ecológica, priorizando-as no processo de reconstrução agrária.

Tecnologia rural – Promover e apoiar a permanência dos agricultores e agricultoras dignamente no campo, com suporte tecnológico.

Permacultura - Incentivar e capacitar para as práticas da permacultura na cidade e na zona rural, como construções ecológicas utilizando matérias primas da região, energia solar e alimento orgânico.

3.10 Previdência Social

Auditoria no IPERON - Realizar auditoria no Instituto de Previdência Pública do Estado de Rondônia (IPERON) com objetivo de verificar o funcionamento e a aplicação dos recursos do sistema. Rever, com o legislativo estadual, a contribuição cobrada dos servidores já aposentados a partir da reforma previdenciária no ano de 2021.

Terceiro setor - Fortalecer os convênios existentes com entidade filantrópicas e sem fins lucrativos, com o objetivo de melhorar o atendimento social à população.

3. 11. QUESTÕES SOCIAIS

IDOSO – Instalar programas de saúde geriátrica, com contratação de médicos especializados no setor.

LGBTQIA+ – Promover um debate permanente com os setores de segurança, direitos humanos, promoção social, educação, entre outros, de forma a combater a homofobia evitando assim a discriminação e a repressão policial, garantindo o direito à expressão da identidade sexual. Criar casas de acolhimento, gerenciadas pela Secretaria de Assistência Social (SEAS), para a população LGBTQIA+ com atendimento de equipes multiprofissionais, garantindo o acompanhamento do indivíduo, da família e a sua inserção no mercado de trabalho. Oportunizar a realização da Conferência Estadual de Combate à LGBTfobia entendendo a iniciativa como mecanismo de participação social na promoção de direitos.

1º EMPREGO - Efetivar políticas para a geração de emprego com Carteira de Trabalho assinada e todos os direitos trabalhistas garantidos aos jovens que se

iniciam no mercado de trabalho. Incentivar empresas privadas a contratar jovens das diversas etnias aptos ao trabalho, para evitar a discriminação racial.

Jovens mães – Incluir as jovens mães na escola e no mundo do trabalho. Política que deve ser viabilizada através da criação de vagas em creches em todos os municípios do estado, dando prioridade para os que estão com maior defasagem.

Atenção à infância - Garantir creches e assistência social que permitam o desenvolvimento pleno dos filhos das e dos trabalhadores.

Imigrantes - Políticas de inserção social para imigrantes legalmente reconhecidos.

3.12. ETNIAS, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

História de Negros, Indígenas e ribeirinhos – Garantir a oferta e operacionalizar no currículo escolar das escolas públicas a História da África e da cultura afrodescendente no Brasil, bem como a dos Povos Indígenas e comunidades tradicionais.

Educação para a diversidade – Incentivar o resgate da cultura popular por meio de atividades que contemplem a diversidade racial e cultural do país, visando o combate ao racismo e preconceitos no início da formação dos indivíduos.

Povos Indígenas e Comunidades Quilombolas - Desenvolver políticas que valorizem a cultura tradicional, garantindo o social às comunidades indígena e quilombolas e assegurando o exercício de sua capacidade de autogestão.

3.13. QUESTÕES URBANAS

Mapeamento fundiário – Formalizar parcerias entre Estado e municípios para elaborar seu mapeamento fundiário.

Estatuto da Cidade - Criar mecanismos para orientar os municípios no cumprimento do Estatuto da Cidade.

Desenvolvimento habitacional – Incentivar políticas habitacionais ambientalmente corretas e solidárias para evitar a especulação imobiliária e exclusão social do trabalhador de baixa renda. Desenvolver políticas urbanas voltadas à habitação popular ecologicamente correta (atendimento à legislação ambiental e de recursos hídricos). Fazer parceria com a Caixa Econômica Federal para viabilizar a entrega das unidades habitacionais já concluídas. Buscar junto ao Governo Federal a retomada das obras que estão paralisadas.

Embelezamento dos municípios - Estimular o embelezamento das cidades, com políticas de estímulo à arborização, jardinagem e urbanismo.

5. ESTRATÉGIAS DE AÇÕES

- **Criar uma agenda coletiva** entre governo e sociedade civil organizada – para a elaboração do Plano de Metas do Governo de Rondônia (PMGRO), estabelecendo o **Congresso do Povo**.
- O Governo fará o **Orçamento Participativo** que elegerá as prioridades para definir políticas públicas de acordo com a vocação e as potencialidades de Rondônia, priorizando a sustentabilidade da produção familiar e solidária e a fixação do homem à terra.
- Capacitar tecnicamente e instrumentalizar os órgãos públicos (capital e interior).

- Fortalecer as representações das secretarias no interior, visando à agilização dos serviços e aproximação com a sociedade.
- Criar áreas administrativas por municípios-pólo e descentralizar as agências de governo.
- As prioridades do primeiro ano de Governo é o combate à fome e à pobreza, o meio ambiente e a geração de emprego e renda.

O Programa de Governo da Federação PSOL-Rede “Rondônia é Amazônia” é signatário do Programa “Direito ao Futuro - Programa de Governo do PSOL 2022”.